

Informe da ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS



Babaçu livre volta a ser discutido na AL

Clayton Cristus



Na tarde de terça-feira, dia 11, na sala de reuniões da presidência, a deputada Josi Nunes (PMDB), representantes das quebradeiras de coco e das comunidades extrativistas do Bico do Papagaio, estiveram reunidos novamente para discutir com as instituições públicas e privadas o projeto de lei sobre o Babaçu Livre. A matéria é de autoria da parlamentar peemedebista e que tem como relator o deputado Júnior Coimbra (PMDB).

Outros dois encontros já foram realizados, o primeiro aconteceu em São Miguel do Tocantins, em outubro, e o segundo, em novembro, aqui na Assembléia. Dentre os assuntos já debatidos está a inclusão no artigo 2º que incluiu no parágrafo único a realização de acordo entre as entidades representativas das quebradeiras e os proprietários rurais, para o acesso a terras privadas. Ficou acordado que a exploração seria condicionada a acordos entre associações de quebradeiras de cocos e comunidades tradicionais regularmente constituídas e os proprietários.

Os participantes também decidiram que só será permitida a queima da casca do coco babaçu para a fabricação de carvão, portanto, continua proibida a queima do coco inteiro. Outros pontos relevantes do projeto traçam normas de punição aos infratores da lei. A matéria prevê ainda incentivos para as quebradeiras de coco e também para quem desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável.

Após esta discussão, a deputada Josi Nunes pretende articular a colocação do projeto em votação. "O importante é que o projeto está sendo discutido com todos os participantes do processo produtivo, para que se possa criar uma legislação de consenso e que concentre a maioria das reivindicações dessa população", argumentou. *(Com informações da Assessoria da Deputada)*

Entidades podem ser beneficiadas com doação de terrenos

Foram encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembléia Legislativa, na manhã desta terça-feira, dia 11, três projetos de lei de autoria do Governo do Estado que propõem a doação de terrenos a entidades religiosas e militares. Segundo o governo, os terrenos doados se destinam às instituições sem fins lucrativos, para construção de sede própria em Palmas.

As entidades beneficiadas são a Igreja Evangélica Congregacional, com a doação do lote 9 da quadra 704 Sul, e a Igreja Evangélica Internacional Semente Santa, com a doação do lote 11 da quadra 1.203 Sul. A Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins também foi beneficiada com a doação de lotes urbanos na quadra 711 Sul, destinadas, segundo o governo, às residências das famílias dos novos militares que servirão no Estado. *(Glauber Barros)*

Gaguim recebe nota de agradecimento dos militares

Os policiais e bombeiros militares do Estado do Tocantins agradeceram, nesta quarta-feira, dia 5, ao presidente do Legislativo Tocantinense, deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB), através de nota, o apoio hipotecado por ele para que o Executivo agilizasse o pagamento da indenização da classe. O agradecimento veio um dia após a aprovação, em plenário, da emenda ao Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, de autoria do presidente Gaguim. Os policiais começam a serem indenizados a partir de 2009. Leia abaixo, a íntegra, a Nota de Agradecimento.

NOTA DE AGRADECIMENTO

A Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins (ASSPMETO); a Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins (AOPMETO); a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins (ACS) e a Associação dos Militares da Reserva e Pensionistas (ASMIR), vêm a público AGRADECER ao governador Marcelo Miranda pela iniciativa de efetivamente ter

Clayton Cristus



reconhecido a necessidade do entendimento para o pagamento da indenização dos Policiais e Bombeiros Militares. Ademais, AGRADECER o apoio de cada um dos Deputados Estaduais que por unanimidade aprovaram a emenda no PPA de autoria do Deputado Carlos Henrique Gaguim, presidente do Poder Legislativo do Estado do Tocantins.

Palmas - TO, 5 de dezembro de 2007.

Deputados debatem extinção da CPMF

Koró Rocha



Paulo Roberto comemora extinção da CPMF

A rejeição pelo Senado, em primeiro turno, da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que prorrogaria a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) até 2011 foi o tema debatido pelos deputados na sessão desta quinta-feira, dia 13. O assunto foi iniciado pelo deputado Paulo Roberto (DEM) que elogiou a senadora Kátia Abreu (DEM) por sua luta para derrubar o imposto. "A senadora provou que é uma das grandes líderes políticas deste País", disse. Em substituição à CPMF, ele defendeu a reforma tributária com impostos mais justos.

Para a deputada Solange Duailibe (PT), o fim do imposto prejudica as populações carentes e favorece as elites brasileiras. "É lamentável tirar mais de 40 bilhões de reais do País. Quem votou contra quer inviabilizar o desenvolvimento da Nação, além de comprometer os programas

sociais que beneficiam os mais carentes. A elite agora terá mais oportunidade de sonegar", afirmou. Já o deputado Eli Borges (PMDB) disse que faltou acordo entre o governo e a oposição e que a proposta de direcionar 100% da CPMF para a Saúde foi desperdiçada.

Já o deputado César Halum (DEM) disse que rejeitar a CPMF é uma forma de discutir uma ampla reforma tributária. "Quem paga mais imposto neste País são os pobres, porque o imposto não recai sobre a renda do indivíduo, mas no consumo. O pobre que compra um pacote de macarrão já está pagando imposto", esclarece. Complementando, o deputado José Geraldo (PTB) disse que é hipocrisia afirmar que a queda do imposto favorece a elite. "A taxa é muito mais perniciosa para os pobres". O deputado também protestou contra o aumento de tributos para as classes produtoras. "A quantidade de tributos é desumana para os empresários e inviabiliza os investimentos. Toda a cadeia produtiva é prejudicada pelo excesso de taxas", finalizou.

Novos impostos

A votação da CPMF foi realizada no início da madrugada desta quinta-feira (13) e terminou com 45 votos a favor e 34, contra. Com o resultado, a contribuição deixará de ser cobrada no próximo dia 31 de dezembro. A previsão é que, sem a CPMF, o governo federal planeje, para o início de 2008, o anúncio da elevação de alíquota de uma série de novos impostos e contribuições. *(Penaforte)*

Assembléia homenageia ex-deputados tocantinenses

Foi aprovado, na sessão plenária da manhã desta quinta-feira, dia 13, o requerimento, em regime de urgência, de autoria do presidente do Legislativo, deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB), que transforma a sessão ordinária do dia 20 deste mês em solene para entrega da Comenda Ordem do Mérito do Legislativo aos deputados da 1ª a 5ª legislaturas. No total, serão

aproximadamente de 75 homenageados.

Só receberão a comenda os parlamentares que não estão no exercício do mandato legislativo estadual, mesmo os que estiveram presentes por mais de um mandato. Todos os que hoje são deputados federais, o governador e vice também receberão a homenagem. *(Everton de Almeida)*